UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

Trabalho de Graduação

Curso de Graduação em Geografia

RELATOS SOBRE A VIDA CAIÇARA E AS TRANSFORMAÇÕES DO MERCADO - COMUNIDADE DO CALHAUS - RJ

Gabrielli Aparecida Cassab

Profa.Dra. Bernadete Ap. C. de Castro Oliveira

Rio Claro (SP)

2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

GABRIELLI APARECIDA CASSAB

RELATOS SOBRE A VIDA CAIÇARA E AS TRANSFORMAÇÕES DO MERCADO - COMUNIDADE DO CALHAUS - RJ

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP
2016

910.1 Cassab, Gabrielli
C343e Relatos sobre a vida caiçara e as transformações pelo mercado - Comunidade do Calhaus - RJ / Gabrielli Cassab. - Rio Claro, 2016
45 f. : il., figs.

Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientadora: Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira
Coorientador: Fabrício Gallo
Coorientadora: Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza

1. Geografia humana. 2. Cultura caiçara. 3. Modo de vida. 4. Capitalismo. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

GABRIELLI APARECIDA CASSAB

RELATOS SOBRE A VIDA CAIÇARA E AS MUDANÇAS DO MERCADO – COMUNIDADE DO CALHAUS - RJ

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Comissão Examinadora

Bernadete ap. C. C. Oliveira (orientador)

Fabrício Gallo

Silvia ap. G. Ortigoza

Rio Claro, 10 de agosto de 2017.

Gabrielli ap. Cassab
Assinatura do(a) aluno(a)

assinatura do(a) orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para que esse trabalho pudesse ser realizado. Dentre elas a professora Bernadete, uma pessoa maravilhosa e muito acessível que me inspirou muito em suas aulas e com suas ideias.

Aos diversos outros professores que tive a oportunidade de conhecer durante a graduação. Alguns mais especiais são eles: o professor Gilberto que me deu o apoio inicial e que sempre se prontificou quando necessitei. O professor Paulo Godoy, fonte de inspiração para pensar a geografia de maneira crítica. Professor Tavares, responsável por me fazer esquecer a dicotomia que há na Geografia. A professora Angelita, que muito contribuiu para diversas reflexões e aprofundamentos históricos. Ademais a todos os professores que certa forma somou nessa importante caminhada.

Por fim as pessoas que me receberam muito bem na comunidade do Calhaus. Tive a oportunidade de criar laços que ficarão para sempre em minha memória e em meu coração. Alguns moradores eu tive a oportunidade de ter maior vínculo de convivência e se tornaram essenciais para a inspiração da minha pesquisa. Rodrigo de Almeida, hoje meu companheiro, me fez perceber a diferença e a importância de ser caiçara. A grandeza das coisas simples e do conhecimento que não se aprende nas universidades.

RESUMO

A comunidade do Calhaus, Parati RJ, possui formas de reprodução específicas que identificam um modo de vida baseado na cultura tradicional. O presente trabalho busca verificar as dificuldades e as alternativas de sobrevivência a partir das relações da pesca empresarial capitalista e da pesca artesanal, o desenvolvimento do turismo e a implantação da categoria de Reserva Ecológica na região em estudo. Por fim, relatar as perspectivas que os próprios moradores possuem com relação à permanência ou não de seus modos de vida.

Palavras-chave: caiçara - modo de vida - capitalismo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A comunidade do Calhaus.....9

Figura 2: A vegetação de Mata Atlântica.....10

Figura 3: O pilão do seu Aprígio..... 20

Figura 4: Cozinha caiçara.....21

Figura 5: Uma traineira e um pescador artesanal pescando na mesma área.....26

Figura 6: Cerca na casa de turista.....35

SUMÁRIO

1. Introdução.....6

2. A comunidade do Calhaus.....9

3. Um breve histórico.....16

4. O caiçara.....19

5. Principais problemas.....22

   5.1. Pesca artesanal e empresarial.....23

   5.2. Reserva Ecológica.....28

   5.3. A nova esperança: o turismo.....31

6. Cultura, identidade e território.....37

7. Conclusão.....41

Referências.....45

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou discutir aspectos relacionados à produção e reprodução das práticas sociais da cultura caiçara, a sua identidade atrelada ao sentimento de pertencimento do seu território e quais fatores ajudaram e até mesmo ocasionaram certas mudanças dos modos de vida da cultura secular caiçara. Para isso, elenquei três fatores que considero essenciais para tal reflexão. São eles: a pesca artesanal em conflito com a pesca empresarial, a transformação da área que abrange a comunidade em Reserva Ecológica passando as terras comunais ao pertencimento do Estado, e por último, a questão do turismo, atividade que vem avançando na última década e influenciando nas formas de reprodução econômica e social da comunidade.

Para tal análise parto do pressuposto de que cultura não é um conceito estático e assim como a sociedade em seu percurso histórico se transforma certamente a cultura também. Nesse sentido, não acredito que a cultura deve ser salva e resguardada como se fizesse parte de um mundo diferente e isolado. As vivências materiais e simbólicas produzidas por uma determinada cultura nunca se perde, mas sim se transformam. É sobre esse sentido que procuro discutir a questão da pesca, da Reserva e do turismo. Em todas, é possível perceber as contradições nelas existentes, que ora amparam, ora excluem os caiçaras no processo de reprodução social.

A partir das formas de apropriação econômica, social e cultural do lugar em que vivem, busquei avaliar as transformações por que passam esse grupo social que tanto dependem dos fenômenos e recursos naturais para sobreviverem. Primeiramente, apresento alguns aspectos dos meios de reprodução da comunidade, ressaltando a importância de se resgatar as práticas sócioculturais que tanto serviram de base para essas sociedades pré-capitalistas.

No entanto, é necessário entender os processos de mudanças por que passa essas comunidades. Não são populações à parte e a-históricas. Antes se inserem num contexto historicamente construído. É importante reconhecer o papel dos

caiçaras enquanto sujeitos ativos, cidadãos, trabalhadores e produtores de alimentos por meio da significativa pesca artesanal, atividade econômica mais praticada na comunidade (DIEGUES, 1983). Nesse sentido, entender um pouco do processo histórico de formação de Parati me pareceu essencial.

No percurso da pesquisa pude notar que a comunidade construiu suas práticas sociais sobre dois sistemas de reprodução que se articulam entre si, o social e o natural. Quando o desenvolvimento das forças produtivas sociais é pequeno, o homem passa a viver ao ritmo das forças produtivas da natureza. O baixo nível de acumulação existente na comunidade também se deve ao fato de que a atividade pesqueira nos moldes artesanais ocorreu dentro dos quadros limitados da pequena produção mercantil, marcada pelo uso de técnicas que não permitiam uma maior quantidade da captura do pescado e consequentemente menor poder de acumulação. (DIEGUES, 1995)

As comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização social e econômica com pouca ou nenhuma acumulação de capital. O conhecimento é transmitido através de gerações, nas formas de produção predominam a solidariedade e o uso coletivo dos recursos, além da importância dada à unidade familiar.

Mesmo após o processo de industrialização brasileira a comunidade do Calhaus ainda baseava seus modos de vida na agricultura de subsistência , pequena pesca, extrativismo vegetal, caça e fabricação de alguns de seus instrumentos. Isso se deve ao fato de ter a região permanecida em relativo isolamento. Entre os alimentos mais cultivados estavam a mandioca, banana, milho, feijão e cana. Com relação ao extrativismo predominavam a retirada de madeira para construção de casas e canoas além de frutos locais como o palmito, por exemplo.

Com a construção de estradas que dariam melhor acesso ao município de Parati e posteriormente um impulso as atividades turísticas em massa, a região sofre um profundo processo de mudança atrelada a economia capitalista de mercado. Valores de uso são substituídos pelos valores de troca.

Para realizar esta análise realizei viagens de campo a partir de 2010 até setembro de 2016, visitando a comunidade periodicamente. Um dos objetivos das últimas visitas foi o de resgatar a história da comunidade. Nesse sentido, os diálogos com os moradores se tornaram essenciais, e em alguns momentos foram transcritas algumas falas que considerei importante para a pesquisa e que me ajudaram a comprovar certas hipóteses e caminhar para reflexões mais abrangentes. Acredito que como pesquisadora é de vital importância conhecer a perspectiva que os moradores possuem sobre a realidade em que vivem.

2 A COMUNIDADE DO CALHAUS

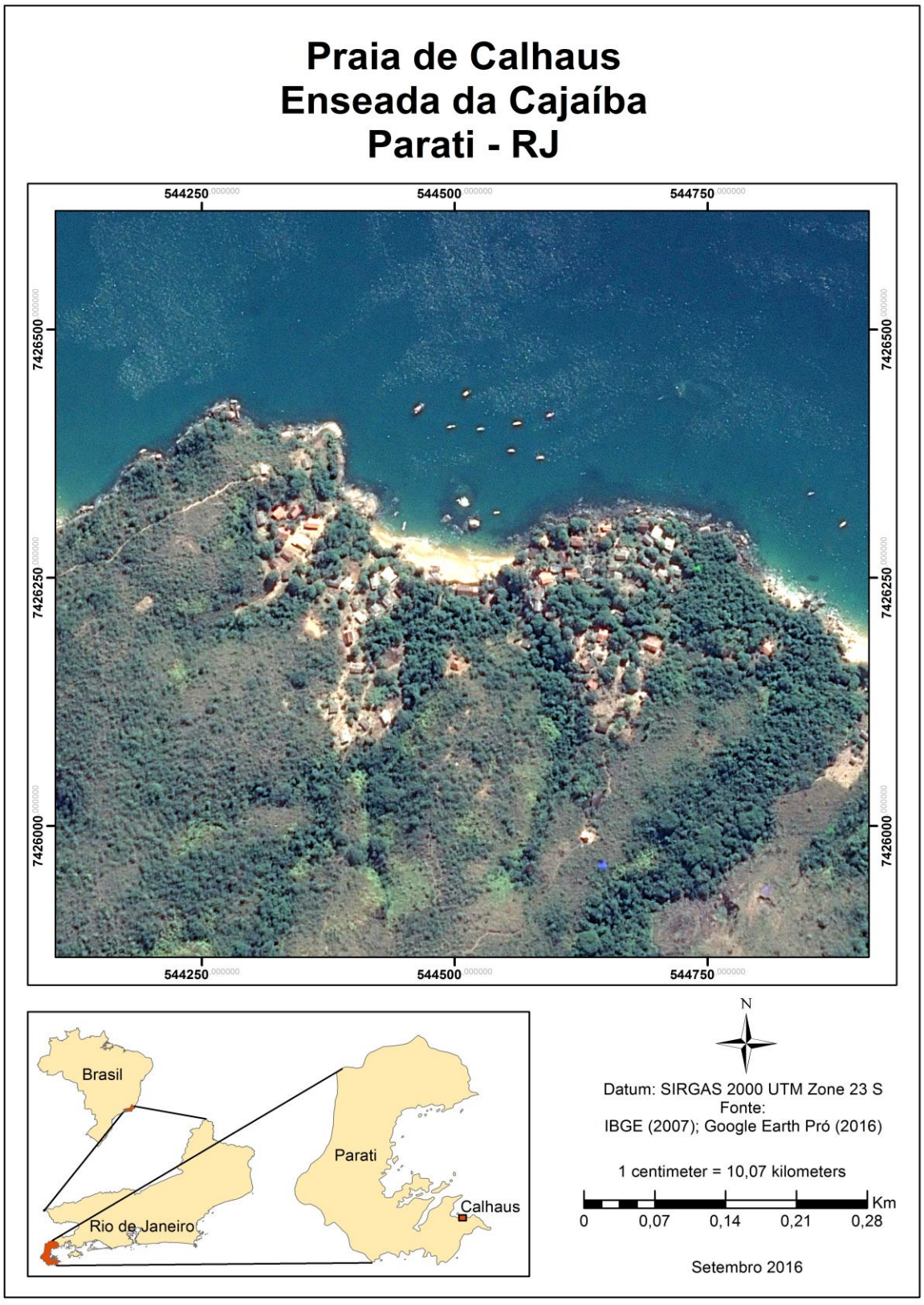

Figura 1: A comunidade do Calhaus (Silva, L. C, 2016)

A comunidade do Calhaus está localizada no município de Parati-RJ. Entre dois importantes estados do país e entre duas metrópoles, encontra-se um dos redutos de mata atlântica mais bonitos do Brasil. Faz parte da Reserva Ecológica da Juatinga, uma área que abrange 80km², com 21 praias e 12 comunidades caiçaras, entre elas, Calhaus, sendo uma das diversas comunidades relativamente isoladas de Parati. Embora continental, não há estradas e as praias possuem como principal acesso o mar, pois as trilhas que existem são longas e de difícil acesso.

A vegetação é marcada por total presença de mata atlântica composta por vegetação primária na encosta, aproximadamente entre 350 a 1000 metros de altitude e vegetação secundária nos locais onde o homem está mais presente. Entre as principais espécies arbóreas estão os guapuruvus, canela, cedro, embaúba, ipê, frutíferas e etc.

Figura 2: A vegetação de Mata Atlântica (Cassab, 2016).

Apesar do isolamento geográfico e da baixa densidade populacional, as populações não são excluídas das contradições e fatos sociais, isenta de conflitos.

Integradas, ainda guardam suas especificidades que se manifestam no sistema de propriedade, no uso que fazem dos seus recursos e na reprodução dos seus modos de vida. Possuem uma visão complexa do meio em que vivem e dos fenômenos naturais. O vasto conhecimento adquirido se deu empiricamente, na observação contínua dos fenômenos físicos, biológicos e sociais.

Até a década de 60, a comunidade produzia farinha de mandioca, cana, melado, milho, feijão, café, além da colheita de frutos locais. Essa produção era para consumo próprio e o excedente era trocado entre eles e vendidos em Parati. O sistema de produção levava em consideração os ciclos naturais. A unidade de produção era basicamente familiar, os trabalhos eram divididos em gênero e a infância era curta com a introdução cedo das crianças no trabalho.

A pesca sempre foi atividade central da comunidade. Entre as diversas espécies pescadas podemos citar cara pau, sororoca, cavala, peragica, sardinha, espada, corvina, cação, bonito, parati, lula e camarão sete barbas. A caça e o extrativismo também eram muito praticados até a implantação da reserva que proibiu essas atividades. Não parece ser tão clara para os caiçaras a razão da proibição, para eles representa uma regra que surgiu de fora. Eles não perdem a terra, continuam morando lá, eles perdem o direito de trabalhar e de retirar dela o que ela sempre lhe deu.

Com o crescimento da pesca empresarial, os pescadores se viram iludidos por melhores condições de vida e trocaram seu modo artesanal de pesca, baseado na cooperação e sistema de partilha, pela pesca embarcada assalariada ou empreitada. A pesca artesanal ainda é praticada, porém diversos relatos se convergem para a mesma questão: não há mais fartura como antigamente. As grandes traineiras invadem áreas dos pescadores artesanais, escasseando cada vez mais a fauna marinha. Cada vez mais a dependência do mercado substitui o interesse dos caiçaras pela economia de subsistência. Esse tipo de produção, na maioria baseada na unidade de trabalho familiar, possuía baixa produtividade e consequentemente sem grandes fins lucrativos. Carregava significados que para a comunidade se realizavam através da cooperação, coletividade e relações de compadrio. As terras utilizadas para o plantio eram comunitárias, assim como o uso dos recursos.

Atualmente, percebe-se a transformação social rápida da comunidade. Os espaços comunitários passam a pertencer ao governo, na forma de Reserva Ecológica. As falas de um morador evidenciam certo saudosismo de épocas não muito distantes onde a solidariedade prevalecia entre os moradores.

> Antigamente era fácil puxar o barco na praia, as pessoas vinham de todos os lados e se juntavam para ajudar. Hoje até pra puxar uma lanchinha está difícil. Mudou muita coisa, agora todos vivem mais fechados em sua casa. (Morador A)

A posse legal da terra é considerada pelos moradores por seu uso e as demarcações das casas caiçaras são feitas a partir dos aspectos físicos da paisagem, não havendo muros e nem cercas que separam as casas. Por exemplo, as demarcações dos terrenos são consideradas a partir de elementos naturais compostos na paisagem, como rochas e árvores. Apesar do conhecimento da posse jurídica dos caiçaras da terra, estes são impedidos de reproduzirem seus modos de vida, tão dependente dos recursos naturais existentes. Algumas terras estão sendo vendida para turistas e em alguns casos, a ocupação de caseiro torna-se uma atividade que antes não existia no local.

Energia elétrica chegou ao final de julho desse ano. Antes a energia local era movida a placas solares e em menor número por geradores. No entanto, ainda se observa o uso alternativo entre elas. A comunidade vinha ansiosamente aguardando a energia elétrica. Nas palavras de uma moradora podemos constatar a satisfação de se ter obtido tal recurso,

> Acho que está sendo maravilhoso. Eu perdia boa parte do tempo lavando roupa na mão, eu e minha filha. Agora tenho um tanquinho e é rapidinho. Já estou vendo de comprar uma geladeira coisa que nunca tive. (Morador B)

O sistema hídrico composto por algumas quedas d'agua dá conta de abastecer a população. A captação é feita por meio de mangueiras habilmente encaixadas nos pontos mais altos dessas quedas que chegam até as caixas d'agua, sendo que, cada casa tem a sua. Essa água é considerada potável e todos bebem dela.

Além das placas solares, caixas d'agua, as casas possuem o sistema de fossa como sistema de esgoto. Um sistema simples e barato, muito comum em áreas rurais ou comunidades afastadas.

Em trabalho de campo foram contadas aproximadamente cinquenta casas, a maioria de morador apesar de o número de casas de veraneio estar aumentando. Também foram constatadas em pesquisa de campo e bibliográfica, as atividades econômicas mais exercidas e mais importantes, dentre elas, se destacam a pesca tanto artesanal como a embarcada e a atual esperança na atividade turística.

Nesse ponto, não podemos nos esquecer de que por terem maior dependência dos fenômenos naturais, os caiçaras muitas vezes exercem diversas atividades, conjuntamente ou alternadas, observando-se épocas em que o trabalho é árduo e pesado e outras em que o tempo de descanso é maior. Os caiçaras raramente sobrevivem de uma só atividade e a renda varia de acordo com a época. A esse fato deve-se a outra importante forma de se analisar tais comunidades que é através da relação que estas possuem com o tempo e o ritmo dessas populações irá se transformar de acordo com os acontecimentos naturais. É a relação com o meio, o mar e a terra que vai definir o tempo para essas pessoas.

A pesca, como mencionada, possui uma importância na comunidade. Além de gerar excedentes, mesmo que pouco, garante a mistura do dia a dia. A grande problemática reside no fato da pesca empresarial extrapolar os limites da área dos recursos pesqueiros. As grandes redes de arrasto que chegam a medir mais de 600 metros, não mede esforços em varrer o fundo do oceano, sem se preocupar com o desequilíbrio ecológico que causam. Diferente, a pesca artesanal possui outro sistema de produção, assim, técnicas ancestrais possibilitam a captura do peixe sem destruir a relação de equilíbrio existente. Pelo fato de não gerar excedentes, também não visa o lucro e nem gera a sobrepesca (DIEGUES,1995)

Na década de 90 se implanta na região através de um decreto, a Reserva Ecológica da Juatinga, área de proteção ambiental sobreposta sobre uma unidade de conservação, a Área de Proteção Ambiental do Cairuçú, criada em 1983. A atuação do Estado se reflete na exclusão da comunidade dos serviços mais básicos e procura reordená-los no espaço por meio das leis ambientais restritivas impostas aos moradores.

Com a construção da BR-101 na década de 70, o fluxo de turistas passa a ser considerável em Parati. Parte desse processo, as comunidades litorâneas do município com sua beleza natural e mares de águas calmas, atrai a atenção de

turistas que buscam o lazer longe de praias lotadas. No entanto, segundos relato é a partir da do ano 2005 que os moradores do Calhaus começam a dar maior importância para a atividade turística.

Em conversa com os moradores nas minhas idas a campo, pude perceber que muitos deles valorizam o lugar e não pensam em vender e sair da comunidade. No entanto, os que possuem esta visão já tem certa idade e assistiram integrantes de sua família vender suas posses e migrarem para Parati ou Angra dos Reis sem terem obtido o êxito desejado. Essa valorização está mais evidente nos dias atuais, os parentes arrependidos não podiam mais regressar para a comunidade servindo de exemplo para quem ficou. Novamente as falas do morador, questionado se venderia sua posse para morar na cidade nos mostra a sua reflexão: Na roça você vive com banana e peixe, na cidade você precisa trabalhar para alguém pra poder comprar o seu alimento (Morador A).

Apesar dessa recente valorização do lugar, fato também que se deve ao avanço da atividade turística na região, há fatores que dificultam o cotidiano dos moradores. Só há uma escola de ensino básico e um professor que leciona para todas as séries, dividindo crianças de quatro a onze anos em duas turmas. Antigamente funcionava parcialmente um postinho de saúde construído no local. Ele existe, mas a única agente de saúde mora no Pouso da Cajaíba, comunidade vizinha com uma distância de aproximadamente trinta minutos a pé, e ela visita o posto aproximadamente três vezes na semana. Os baixos valores auferidos no preço do pescado dificultam uma melhor qualidade de vida dos pescadores. Atualmente existe uma grande dependência do mercado de Parati e Angra dos Reis, nesse último caso, mais frequente quando está relacionado à procura de serviços básicos, como consultas médicas especializadas, por exemplo. Praticamente desapareceram as tradicionais parteiras e as mães vão aos hospitais para gerarem seus filhos. Também houve um grande processo migratório, o qual veremos adiante, que culminou com o adensamento da periferia em Parati e a perda da identidade caiçara para os que se mudaram.

Na época de temporada, que tem seu êxito de dezembro a janeiro, muitos caiçaras aproveitam para ganhar dinheiro. De acordo com a entrevista realizada, muitas famílias dependem quase exclusivamente da renda obtida através da

atividade turística. É o momento em que colocam suas casas para alugar, indo se alojar nas casas de parentes ou até mesmo acampam morro acima. O momento de notar o agito de barcos e lanchas indo e vindo cheios de pessoas. Os dois bares depois de longo período de abandono se abrem, gerando renda para a família proprietária. Campings se tornaram uma possibilidade concreta de uma renda extra. No geral, o turismo é visto como algo positivo e nele depositam grande esperança.

Observou-se certa tolerância em relação aos que bebem e aos turistas. Na comunidade o uso da cachaça é muito comum e até mesmo cultural, em função de na época colonial as regiões próximas, como o Saco do Mamanguá, abrigarem diversos engenhos destinados a produção de cana e aguardente. Cabe ressaltar que Parati sempre célebre na produção de cachaça.

3 UM BREVE HISTÓRICO

Primeiramente é importante ressaltar que a comunidade no seu percurso histórico não deve ser compreendida fora dos processos sócioambientais e econômicos da cidade de Parati, município a qual pertence. O isolamento da comunidade não impedia pequenas relações de trocas com o mercado, não só de Parati, mas com outros centros próximos considerados na época colonial importantes. Até o século XIX, os portos de São Sebastião e Ubatuba representavam relevantes centros regionais. Nessa época as viagens eram realizadas através de canoas de voga que chegavam a atingir vinte metros de comprimento e dois de largura, posteriormente foram substituídas por barcos motorizados.

No século XVII fundou-se Parati, sendo em 1660, considerada uma vila. Antigamente, em um momento pré colonial, Parati era território dos índio guaianases composto por diversas aldeias guaranis. A colonização não impediu o fim de aldeias, se bem que quase chegou ao seu extermínio, resistindo até hoje na região pequenos grupos indígenas que lutam para sobreviver.

Já no século XVIII, a atividade mais importante era o cultivo da cana de açúcar, sendo estabelecidos diversos engenhos na região. Ao final desse mesmo século, Parati torna-se um considerado centro comercial exportador do ouro advindo das Minas Gerais. Porém, com a construção de um novo caminho que escoava o ouro das minas diretamente para o Rio de janeiro, ocasionou o isolamento econômico de Parati. Ao final do ciclo do ouro a cidade se sustentou graças à produção de aguardente, considerada uma das melhores do país.

Meados do século XIX, o porto de Parati voltou a ter movimento, exportou considerável produção de café vindo diretamente do Vale do Paraíba, fumo e aguardente em direção a Portugal. No entanto, a comunidade do Calhaus e as de seu entorno permaneciam relativamente isoladas.

Já no final do século XIX, as atividades econômicas exercidas em Parati entraram novamente em declínio. A construção da estrada de ferro Dom Pedro II e a utilização de solos férteis no planalto destinados ao café foram os fatores que

contribuíram para tal declínio. Porém, a produção de aguardente nos engenhos da região não parou, sendo umas das poucas atividades que não eram de subsistência. Canoas de voga vinha principalmente do litoral norte paulista para comprar a produção para em seguida revende-la. A produção desse produto teve grande importância até as primeiras décadas do século XX. Pode-se dizer que o consumo da cachaça, muito comum atualmente entre os pescadores das inúmeras comunidades litorâneas, possui uma raiz cultural e histórica que marcaram a parca economia de Parati. Na verdade, a cidade foi um apêndice dos grandes centros exportadores: Minas Gerais, Rio de Janeiro e posteriormente Santos (GOMES, 2004).

Aproximadamente na segunda década do século XX chegam à região os imigrantes japoneses introduzindo as redes de cerco, técnica muito assimilada pelos caiçaras e que consiste em uma espécie de armadilha fixa em que os peixes entram e ficam presos na rede, esta armada de forma circular com uma pequena abertura para que o peixe entre. O cerco paulatinamente foi sendo introduzido na cultura local da comunidade do Calhaus, trazendo um elemento cultural de grande valor. Foi através da pesca que o caiçara foi deixando a economia de subsistência e se inserindo no sistema de produção, inicialmente mercantil e, posteriormente capitalista. Quantos aos imigrantes japoneses, embora poucos presentes hoje na comunidade, estes se tornaram praticamente elementos locais. Também é nessa mesma época que as canoas de voga vai sendo substituída pelos barcos a motores, introduzidos na região por pescadores que tiveram algum lucro com a pesca mercantil (MUSSOLINI, 1980).

Por volta de 1946, a técnica do cerco entra em decadência, mas não desaparece totalmente sendo observada até os dias de hoje, embora em menores quantidades. Essa decadência se deve ao fato da penetração de outras formas mais sofisticadas de pesca na região. As grandes traineiras de Santos eram atraídas por enormes quantidades de sardinhas ali presentes. Por volta da década de 50, só na Ilha Grande havia aproximadamente trinta traineiras, isso sem se levar em conta as demais localidades próximas.

A partir da década de 70, a abertura de estradas de rodagem facilitou a migração e também trouxeram os turistas. Aparece, então, uma necessidade de se

criar um projeto turístico na região de Parati, fruto também do processo de industrialização de São Paulo, que possibilitou que essa atividade se estendesse para mais pessoas e não somente ficasse restrita a um grupo de privilegiado, abrindo caminhos para o turismo de massa na região. É nesse mesmo período que o Brasil abre as portas para o capital estrangeiro e as instalações de multinacionais, indústrias mecânicas, químicas, automobilísticas, etc, aceleram a industrialização. O hábito de viajar de férias com o seu automóvel torna-se mais frequente nos brasileiros, juntamente com valores sociais de qualidade de vida induzidos pelos meios de comunicação e da necessidade do momento de lazer para o morador das grandes metrópoles.

No entanto, com o advento da atividade turística em Parati, a terra passa a ser reserva de valor de capital, surgindo como uma possibilidade de lucro. Para o caiçara a terra não tinha valor em si, era antes um meio de vida que só tem seu valor enquanto há trabalho nela. Por outro lado, quando o caiçara vende suas terras, seduzidos por melhores condições e cedendo as pressões imobiliárias, ele perde a possibilidade de nela produzir e reproduzir sua cultura e identidade.

Atualmente diversas questões abarcam a comunidade caiçara do Calhaus. O fato de ser decretada uma área de reserva fez com que grande parte das atividades tradicionais realizadas se sucumbisse e que o foco se desviasse para formas cada vez mais capitalistas de sobrevivência. O turismo se insere como uma alternativa de ganhar dinheiro e a pesca antes muito valorizada vai perdendo sua autonomia, tanto pela sedução de ganhos extras com o turismo, quanto pela degradação marinha causada pela pesca predatória, praticada pela pesca empresarial.

4 O CAIÇARA

A cultura caiçara surgiu no processo histórico de colonização do litoral, quando este ainda era mal visto pelos europeus e classes dominantes. Era um lugar inóspito que abrigava selvagens e escondia mistérios.

> Pelo mar chegaram seus primeiros conquistadores e segundos povoadores: de Portugal e Ilhas, mas também da África ou dos portos da própria colônia. Vieram também europeus de variada procedência e em todas as épocas. Uma simbiose biológica, social e a sobrevivência de uns e de outros. (MARCILIO 1986, p.40, apud CALVENTE 1993)

Foram no litoral que se refugiaram os que não estavam de acordo com o sistema colonial e assim, tiveram que aprender a sobreviver com os recursos ali existentes, inclusive com os indígenas que marcaram profundas influências na cultura caiçara, como por exemplo, fabricação de farinha, instrumentos e técnicas de pesca, construção de canoas, etc. Definir precisamente todas as influências desses povos singulares não é tarefa fácil.

> Torna-se impossível precisar a influência correspondente do português e do índio na formação étnica caiçara. Esta resultou dos mais antigos caldeamentos raciais e contatos culturais, que tiveram palco as colônias ou feitorias litorâneas. Inexistem pesquisas que permitam qualquer orientação segura nesse campo, tornando-se impossível remontar as origens dos cruzamentos nas primitivas sociedades litorâneas. (FRANÇA 1951, p. 92, apud CALVENTE 1993)

Era agricultor e pescador ao mesmo tempo. Não dividiam o mar juridicamente e não possuíam uma relação de tempo linear. O seu tempo era controlado por fenômenos naturais como as chuvas, ventos, a lua, o comportamento de outros seres vivo, etc. Tinham um saber popular com relação ao meio em que viviam, dominavam e ainda dominam esse saber, passado através de gerações. O caiçara, portanto, é fruto de uma diversidade cultural, associada a um território marcado por características específicas.

Figura 3: O pilão do seu Aprígio (Cassab, 2016).

Povos dependentes da própria imprevisibilidade e mobilidade dos recursos naturais e pesqueiros. Essas características estiveram na base das reais limitações dos caiçaras no processo de acumulação e das relações sociais marcadas pela partilha e solidariedade intra-grupal. Constata-se entre as comunidades litorâneas certa homogeneidade social e a inexistência de classes definidas.

Figura 4: Cozinha caiçara (Cassab, 2016).

Levando em consideração que a costa brasileira foi a primeira área habitada no país, a construção de tal identidade teve como base a relação secular desenvolvida com o ambiente conjuntamente com os acontecimentos históricos que se sucederam. No caso da região de Parati, não se observou grandes fluxos imigratórios como ocorreram no sul e sudeste, por exemplo, fluxos que se encaminharam para as novas frentes pioneiras em direção ao interior, privando assim, esta parte da costa das influências de outras culturas que adentraram no país na era do café. Só mais adiante, já no século XIX, é que a região receberia imigrantes japoneses e assimilariam algumas de suas técnicas de pesca.

5 PRINCIPAIS PROBLEMAS

O presente trabalho tem como objetivo analisar as influências que contribuíram e contribuem na transformação das práticas sociais da comunidade. É a partir da década de 50 é que começam as mudanças sócio-culturais, econômicas e ambientais no território caiçara. Estradas de ferro foram construídas ligando as cidades de Iguape, Cananéia, Ubatuba e Parati aos grandes centros urbanos. A grande canoas de voga passou a ser substituída por barcos a motores, permitindo um alcance maior de distância em menos tempo de percurso. Posteriormente, a partir das décadas de 60 e 70, a pesca empresarial ganha corpo e invade mares antes pouco explorados. Uma política governamental preservacionista e não planejada instaura a área de Reserva Ecológica na região e proíbe a utilização de recursos naturais essenciais para a manutenção do modo de vida tradicional desses povos. A atividade turística, também surge como um novo elemento transformador das raízes caiçaras.

Perdendo suas terras, antes pertencentes aos seus antepassados, a cultura e a sociedade caiçara começam a se transformar. Com a introdução crescente do sistema de assalariamento, as atividades comunais começaram a diminuir, assim como os laços criados pelo sistema de compadrio. Uma boa parte se deixou vislumbrar com a possibilidade de ingressarem no mercado de consumo mesmo que muitos ainda se mantém fora desse mercado. A chegada da economia capitalista permitiu que a ação de grupos de interesses de fora impactasse a relação que o caiçara possui com o meio ambiente. Em muitos casos, os recursos naturais passam ser vistos como bens de mercado, sofrendo grandes pressões em seu uso.

É nesse sentido que busquei elencar três fatores os quais considero pertinentes para tal análise. Em todos, observou relações dialéticas e contraditórias, as quais em primeira análise podem parecer positivas, mas em uma análise mais detalhada também refletem aspectos negativos que desencadeiam em práticas cada vez mais capitalistas de produção, contribuindo, assim, para a desestruturação do sistema social e econômico da comunidade. Começaremos pela atividade mais antiga praticada pelos caiçaras e sua relação de subordinação à pesca capitalista.

5.1 Pesca artesanal e empresarial

Na comunidade, até a metade do século XX, a pesca costeira estava associada à policultura litorânea e a atividades de subsistência, sendo posteriormente realizada para sua comercialização, mesmo que em escalas menores (DIEGUES, 1999).

A partir da década de 60, ocorrem profundas mudanças no setor pesqueiro brasileiro associado à expansão dos modos capitalistas de produção. A comunidade do Calhaus não permaneceu alheia a essas mudanças, sendo diretamente influenciada por elas. Em 1967, o governo, através da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, cria a lei de incentivos ficais que financiam e beneficiam apenas o modelo de pesca empresarial. Os pescadores artesanais eram absorvidos como mão-de-obra nas traineiras, grandes embarcações mais modernas e equipadas tecnologicamente. As empresas pesqueiras sofreram um processo de verticalização, integrando setores da captura, comercialização e beneficiamento do pescado. Esse processo também foi responsável pela desvalorização dos saberes da pesca ancestralmente adquiridos. Com aparelhos de sonar, radar e ecossonda, o conhecimento do mestre, até então essencial para a pesca passou a não ter mais o seu valor, transformando a sua função (DIEGUES, 1995).

O apogeu inicial da pesca empresarial ocorreu no estado de Santa Catarina. Um modelo marcado pela pesca predatória que rapidamente levou a exaustão dos recursos pesqueiros, o que obrigou as empresas a buscarem outros mares como fonte de renda. Muitas delas migraram para a região do Rio de Janeiro, incluindo a área em estudo e para regiões do norte, principalmente Pará. É assim que a pesca artesanal passa a sofrer fortes pressões do modelo de pesca empresarial-capitalista.

Atualmente, as grandes traineiras buscam cada vez mais recursos adentrando as áreas de estuários e baías e ocasionam desiquilíbrio ecológico, contribuindo assim, na desorganização social dessas comunidades que mantinham e mantém a pesca artesanal como uma das principais atividades responsáveis pela reprodução da vida dessas pessoas.

De acordo com Diegues (1995), é possível distinguir as diferentes formas existentes na produção pesqueira no Brasil, essas três categorias se interpenetram numa interação complexa gerando conflitos sociais e ambientais. Explicarei brevemente cada uma delas.

a) De subsistência

Atualmente quase extintas, ocorrendo no Brasil de formas isolada.

b) Pequena produção mercantil

Produz valor de troca, ou seja, se pesca para a venda e produz mercadoria (M-D-M), mas o pouco excedente se destina ao consumo familiar. Há certa divisão do trabalho e baixo poder de predação devido ao uso de técnicas relativamente simples de captura. Nessa categoria se inclui os pescadores artesanais. Para estes o trabalho familiar passa a não ser a única base do trabalho. A pesca passa ser a principal fonte de renda e há maior produção de excedentes. Surge a propriedade dos meios de produção e a embarcação é motorizada.

c) Pesca empresarial capitalista

A propriedade dos meios de produção se concentra nas mãos das empresas, organizadas verticalmente e divididas em diversos setores, buscando o maior lucro possível. A remuneração é unicamente a salarial, não havendo sistema de partilhas. As embarcações são modernas e a produção é em larga escala, exclusivamente voltada para a produção de mercadorias.

Esses tipos de produção pesqueira coexistem de forma conflitiva, destacando o domínio da produção capitalista sobre as outras, devido principalmente ao seu maior grau de desenvolvimento das forças produtivas. A pequena produção mercantil pesqueira fornece mão-de-obra e pescados às empresas capitalistas da pesca numa relação de subordinação.

O mar representa para o pequeno pescador um território importante para a produção e reprodução dos seus modos de vida. A pequena pesca possui fundamental valor para a comunidade sendo responsável por um alto nível de emprego nas comunidades litorâneas e importante na manutenção da diversidade cultural, compondo um patrimônio cultural valioso. O saber necessário para realizar

essa atividade é admirável, sendo um conhecimento empírico passado de pai para filho. O fundamento da pequena pesca é a associação de conhecimentos sobre o meio ambiente, a identificação dos pontos de pesca, as condições das marés, o manuseio dos artefatos de pesca. Esse conjunto de saberes faz parte dos meios de produção dos pequenos pescadores.

A partir da segunda guerra mundial, diversos fatores contribuíram para a alteração da pequena pesca: redes de naílon, motor de popa e depois o de centro, utilização de gelo para a conservação do pescado. Assim, aumentou-se a dependência desses pescadores que até então, fabricavam seus próprios instrumentos de pesca. A expansão capitalista sobre o espaço costeiro e marinho se desenvolveu gerando conflitos sociais e ambientais sobre esses ambientes.

Como já mencionado, no final da década de 60, o governo brasileiro através da SUDEPE, criou o Plano Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro, que significou incentivos fiscais a pesca empresarial, ficando de fora a pequena pesca, priorizando produtos de alto valor e de exportação, como por exemplo, o camarão. A partir disso, surge uma nova relação de trabalho, fazendo parte deste, barcos-fábricas, muito bem equipados tecnologicamente com aparelhos que permitem maior capacidade de captura, gerando maior depredação da fauna marinha. Formas indiretas também subordinam os pequenos pescadores que além de servirem como mão-de-obra barata, os que resistem ainda tem que conviver com a depredação e escassez dos recursos marinhos, gerados pela sobrepesca que destrói e compromete as forças produtivas da natureza e marginalizam esses pescadores (DIEGUES, 1995).

Figura 5: Uma traineira e um pescador artesanal pescando na mesma área (Cassab, 2016).

Atualmente, ao invés de ampliarem suas frotas, as empresas se articulam e dominam a pesca artesanal, tornando-a uma extensão da fábrica. A integração entre a pesca empresarial e a pesca artesanal acabou conseguida na prática, sempre em detrimento dos pescadores fornecedores de trabalho e produtos baratos à indústria.

Em conversas com os pescadores mais velhos, evidenciou-se o atual momento de desvalorização por qual a pesca artesanal vem passando. Dizem eles que antigamente havia mais peixe e que muitas espécies estão diminuindo drasticamente. Como contribuição para este fato é a já citada atuação da pesca empresarial, que não respeitam as épocas de defeso possuem aparelhos de captura com alto poder destrutivo. Outro problema enfrentado por esse tipo de pesca é a figura do atravessador. Este controla toda a produção, inclusive seu preço no mercado. Em troca subsidiam gelo e óleo para os pescadores.

Com relação a imagem que é feita dos pequenos pescadores, ocorre uma desvalorização destes em função do suposto êxito da pesca empresarial. Gerou-se

uma ideia de que estes são indolentes. Acontece que os pescadores assim como a grande maioria das pessoas que vivem nessa comunidade, possuem um tempo bastante ligado aos acontecimentos naturais. Vivendo em simbiose com o ecossistema em que habitam. Há determinadas épocas em que os pescadores saem às quatro da manhã e voltam às vinte horas, por exemplo, isso quando não passam quatro dias no mar em busca de pescado. Se o tempo “vira” ou não é época de pescar o trabalhador se dedica a outras atividades ou até mesmo repousam.

Para um pensamento desenvolvimentista, os pequenos pescadores são considerados ignorantes e atrasados. Chamados na literatura oficial de pequenos produtores rurais, muitos não consideram as características específicas desse modo de produção e desconhecem sua real contribuição na produção de alimentos. Segundo Diegues (1995) quase metade da produção brasileira de pescado é resultado do trabalho desses pequenos produtores.

Não se pode dizer que é uma forma capitalista de produção, mas sim um sistema de pequena produção mercantil, não ocorrendo grandes capacidades de acumulação e utilizando-se de instrumentos simples de captura, o que dificulta que a categoria vença o monopólio desse mercado, restrita a indústria pesqueira. As técnicas utilizadas nessa categoria são as pequenas redes de arrasto, quando se trata de camarão, as redes de espera, linha, espinhel, covo e cerco para peixes, e zangarelhos, quando se quer pescar lulas.

É notável a relevância desses pequenos produtores. Em um ambiente de clima tropical onde há uma grande variedade de espécies e um número mais restrito de indivíduos, os simples instrumentos de captura e pouca criação de excedente são a razão do equilíbrio ecológico e da diversidade marinha. Assim, nesses tipos de ecossistemas litorâneos, a pesca empresarial além de ser extremamente destrutiva torna-se contraditoriamente improdutiva. Por isso, constata-se que do ponto de vista social e econômico, a pequena pesca exercida nessa região é muito mais viável e desejável (DIEGUES, 1995).

Detentores de um vasto conhecimento empírico e dependentes da reprodução cíclica das espécies, o pescador nos moldes da pequena pesca contribui para a preservação das espécies e de seu habitat. Na pesca empresarial, quando se esgotam determinadas espécies, a frota simplesmente migra para outra região mais

atrativa economicamente. Além disso, a competição desigual dos grandes arrastões e parelha não só gerou um empobrecimento biológico das águas como também das comunidades humanas que vivem destes recursos.

5.2 Reserva Ecológica

A definição de áreas protegidas surgiu inicialmente nos Eua no século XIX com a criação do “Yellowstone National Park” em 1872, sendo considerado o primeiro Parque Nacional do mundo. O objetivo era a criação de áreas ambientalmente restritivas, na defesa da existência de pedaços de um mundo natural em estado primitivo, verdadeiras ilhas isoladas de natureza. A preservação de tais áreas serviria de opção de lazer para o homem moderno. Essa visão influenciou ambientalistas dos países do terceiro mundo a criarem também suas áreas de natureza. Entretanto, não se considerou a diversidade dos modos de vida e processos históricos de ocupação de cada país subdesenvolvidos que aderiram tais concepções. O conceito de área natural protegida parte de pressupostos preservacionistas, partindo de uma visão biocêntrica da relação homem e natureza o qual o homem é considerado um destruidor do mundo natural e, portanto deve ser afastado dessa área. No entanto, em sociedades pré-capitalistas verifica-se uma simbiose entre o homem e a natureza que permitiu durante séculos a conservação de tais áreas (DIEGUES, 2000).

A partir dos anos 30, implantaram-se no Brasil as chamadas áreas naturais protegidas. Desse modo, as políticas que embasavam a criação dessas unidades de conservação, eram importadas a partir do modelo norte americano e sem levar em consideração a realidade do nosso país. A partir disso, a implantação de parques no Brasil ocorreu de forma lenta e sem planejamento até meados da década de 70.

Nas décadas que se seguiram houve um aumento dessas unidades de conservação para compensar os danos ecológicos das atividades de programas governamentais, como os do Programa de Integração Nacional que antecipava a criação de quinze polos agroindustriais e minero-metalúrgicos, em grande parte por pressão do Banco Mundial. Na década de 70 o governo previu, assim, uma série de

unidades de conservação ambiental, fazendo parte destas os parques e reservas. Em ambos os projetos não se levou em consideração a presença de populações tradicionais e sua cultura.

Em 1983, criou-se a Área de Proteção Ambiental do Cairuçu. Em outubro de 1992, criou-se a Reserva Ecológica da Juatinga, unidade de conservação restritiva, onde se localiza a comunidade do Calhaus. São responsáveis pela administração da reserva o IBAMA e Instituto Estadual do ambiente (Inea). Dotados de um discurso conservacionista, a instituição da reserva significou para o caiçara uma intromissão autoritária em seu território, pois dependiam em grande parte de sua pequena roça e de retiradas esporádicas de matérias-primas na floresta. A terra para eles é o mesmo que trabalho e daí advêm o sentimento de propriedade. Impossibilitados de usufruir dos recursos ali existentes, muitas atividades antes essenciais para a sobrevivência dos seus modos de vida foram deixadas de praticar. Muitos caiçaras possuem um sentimento de medo com relação às punições que poderão sofrer caso se comportem contra a lei. O Estado aparece como um interventor nesse território ancestralmente ocupado. Essa interferência possui um efeito duplo, uma contradição: se por um lado ela protege até certo ponto alguns interesses ligados a questões imobiliárias, por outro lado, ela desorganiza e impede a reprodução dos modos de vida dessas populações que tanto dependem dos recursos naturais para sobreviverem. A reflexão de Diegues (1995, p. 230) acerca da representação da reserva para os caiçaras é relevante. “As áreas naturais protegidas passam a ser criação artificial de uma outra sociedade que se impõe a sua, com todas as consequências negativas sobre o seu modo de vida e sua forma de organização do espaço.”

Não há um plano de manejo coerente com a realidade local. Pela legislação criada não poderia haver habitantes, entretanto, eles já estavam lá muito antes da implantação da reserva. Quando existe um plano, este, na maioria dos casos, só abarca questões de caráter econômico e científico, esquecendo-se das populações tradicionais que nela vivem. Essa política deveria ser ajustada para a realidade, pois é a presença desses povos é que foram os grandes responsáveis pela conservação ambiental dessa região. Os moradores no geral desconhecem a lei e não possuem opiniões sobre ela. Como afirma Diegues (1995, p. 252):

> Em nível institucional o Brasil já possui um número razoável de instrumentos legais de proteção do ambiente (APAs, parques, reservas , estações ecológicas, etc), contudo nenhuma legislação apresenta tratamento adequado para a preservação de ecossistemas e das comunidades humanas cuja relação com o meio seja ecologicamente harmônica. Qualquer alternatova que venha a ser pensada para a preservação das comunidades caiçaras tem que ser acompanhada de uma revisão da legislação ambiental vigente."

Existem duas maneiras de se pensar o problema da conservação ambiental e população local: primeiro pode se pensar nessas populações como empecilhos e principais causadores da destruição ambiental. Assim, a solução prática seria obrigá-los a agirem conforme as novas regras ou até mesmo retirá-las das áreas conforme a legislação. Isso geraria um desequilíbrio social que culminaria com o fim dos modos de vida tradicionais dessas pessoas. Porém, sob esta concepção o ambiente estaria a salvo. A outra maneira de se refletir é considerar estas populações como vítimas do atual processo político e econômico, inseridas dentro de um mesmo processo histórico que trouxe a destruição ambiental, causas centrais da destruição ecológica, destacando o papel de sujeitos ativos que devem participar das ações de conservação, respeitando-os e entendendo que os seus saberes ancestrais pode contribuir no diálogo pela conservação desse espaço.

> O governo tem implantado propriedade do Estado em áreas transformadas em unidades de conservação. Em muitas dessas áreas existiam e existem formas comunitárias de apropriação dos espaços e recursos naturais. Nas unidades restritivas (Parques Nacionais e Reservas Ecológicas), por lei, não é permitida a presença de moradores. Por várias razoes essas comunidades tradicionais continuam residindo nas áreas naturais protegidas, apesar das limitações impostas no seu modo de vida. Frequentemente, essas restrições, aliadas à repressão dos guardas florestais, levam à emigração dessas populações que sem nenhuma assistência engrossam as favelas urbanas. (DIEGUES, 1995, p. 228-229)

Que existe uma necessidade de conservação todos concordam. Só que a questão também reside em conservar para quem? A legislação e os meios legais de atuação são falhos, pois abordam e consideram apenas os aspectos físicos e biológicos, além de não ter tido a participação da população na criação da Reserva. É substancial considerar as populações que ali já habitavam. Quando se diz respeito de uma questão ambiental, o diálogo com outras formas de conhecimento se torna essencial. Nota-se na comunidade que nos dias atuais, a deficiência administrativa e falta de infra-estrutura tomam conta das questões acerca das unidades de conservação, abrindo caminhos para problemas fundiários com a atuação de

posseiros e consequentemente para problemas ecológicos e sociais que afetam essas áreas.

Atualmente, uma possível alternativa para a conservação dessa área seria a criação da Reserva Caiçara, uma unidade de conservação específica e muito parecida com as Reservas Extrativistas e as Indígenas, que garanta o uso das terras pelos moradores e possibilite a participação destes nas decisões e nas demarcações das áreas, partindo da concepção de que eles são aliados fundamentais para a conservação do espaço.

É significativa a permanência dos caiçaras e sua cultura para que o ambiente que eles habitam seja preservado. Essas comunidades de pescadores manifestam diversos exemplos de proteção e uso apropriado dos recursos naturais que servem de lição à sociedade e aos movimentos ambientalistas. O caiçara necessita da natureza para sobreviver e desejam a conservação local. O extrativismo vegetal e a pequena roça que eles praticam há tempos não podem ser considerados como uma forma de devastação ambiental. O problema reside mais em acreditar que preservação ambiental é sinônimo de intocabilidade. A cultura caiçara possuía outra forma de produção econômica e de relação com a natureza, fatos estes, que não levariam a preocupação com questões acerca da degradação ambiental. Esse ponto surgiu com o advento da modernidade e da mundialização do capitalismo, transformando as relações homem e natureza, homogeneizando valores e absorvendo as demais culturas em um projeto classista de desvalorização dos outros modos de vida. (VESENTINI, 1992)

5.3 A nova esperança: o turismo

A partir do século XX, especificamente na década de 70 e no seio da moderna sociedade capitalista, é que a atividade turística começa a ganhar mais destaque no Brasil, surgindo colônias de férias, campings, albergues, etc. O aumento da acumulação e da tecnologia de transporte possibilitou que diversas classes usufruíssem dessa nova modalidade de lazer. A área costeira foi sendo rapidamente ocupada e continua sendo. Nesses locais, geralmente de grande

beleza cênica, a atividade turística se constituiu em um elemento significativo no processo de ocupação desses espaços. A partir das transformações ocorridas no mundo contemporâneo, ocorreu também uma mudança do significado da natureza, passando esta a significar mercadoria. Assim, a natureza se transformou em uma mercadoria disposta a recompor as pessoas do exaustivo cotidiano em que vivem nas cidades e grandes centros urbanos.

Em Parati, o turismo começou a crescer a partir da década de 70, quando o governo investiu na criação da BR-101 eixo Rio-Santos em 1972. A construção da BR-10, eixo Rio-Santos, representou uma grande tragédia para as populações costeiras. Concretizou-se na expulsão de caiçaras e remanescentes indígenas da etnia guarani de suas terras centenárias, ao mesmo tempo em que começavam a surgir aglomerações nas periferias das cidades ao entorno. Grande parte de títulos de terras foram parar nas mãos de empresas estrangeiras. O projeto de construção do eixo Rio-Santos foi elaborado por uma empresa francesa, a Sat internacional, e foi apresentado em fevereiro de 1973 pela Embratur, esta objetivava a criação de um plano diretor voltado para a atividade turística, aspirando um desenvolvimento rentável, transformando a região em uma opção de lazer para as populações das grandes metrópoles do macro eixo Rio-São Paulo (SIQUEIRA, 1984).

As obras de construção da estrada iniciaram antes mesmo do estudo ser concluído. Apesar do aviso dos redatores do projeto sobre as possíveis consequências trágicas, o desejo de um Brasil grande era a meta prioritária do governo federal. Foi constatado o soterramento de setenta praias, além da estrada se comportar como um dique, represando as águas e criando maiores chances de riscos. As terras localizadas nas orlas das praias tornaram-se objetos de especulação imobiliária e acúmulo de capital para empreendimentos capitalistas. Como não estavam acostumados a conviver com valores monetários e pra eles a terra possuía um valor de uso e não de troca, acabaram por vender suas posses a preços irrisórios perdendo assim, sua identidade e seu único meio de sobrevivência (SIQUEIRA, 1984).

Assim, a atividade turística foi favorecida na região tanto pela abertura da rodovia, como também pelas ações públicas do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, que antevia a conquista da área costeira para fins de lazer das

populações metropolitanas. Atualmente o turismo representa 80% do PIB do município. Privilegiada pelo mar de águas calmas e pela serra, Parati possui fortes atrativos para a oferta turística.

Com relação à comunidade do Calhaus, através de relatos, o turismo passou a ter sua importância a partir da década passada. Pode se auferir que o fato dessa atividade ocorrer só mais tarde na comunidade está ligado a localização desta, possível acesso só por via marítima ou longas trilhas de difícil acesso.

Até poucos anos atrás eram alguns seletos turistas que visitavam a região. No entanto, há alguns tempos se observa um aumento dos turistas, ávidos para desfrutarem um paraíso exótico e selvagem, onde não se escuta os barulhos da cidade e nem se enxerga as luzes que encobrem o céu estrelado. Os turistas buscam um retorno a natureza em seu sentido simbólico e o valor está no que é natural. Eles atuam nesse espaço específico sem necessariamente depredá-lo ambientalmente e contribuem diretamente na circulação de dinheiro no local. Talvez aqui se insira uma problemática: essa nova atividade, fruto do sistema vigente, contribui para transformar as relações produtivas de uma comunidade tradicional, tornando o dinheiro essencial para sobrevivência e colaborando para a decadência de certas atividades antes praticadas, como o cultivo de gêneros alimentícios para o consumo próprio. Antes sua economia permitia uma sobrevivência menos dependente, mas agora o trabalho deve atender as necessidades do consumo. Diante disso, é notável o desejo dos caiçaras de comprarem objetos e eletrodomésticos. Para o caiçara, esse contato com pessoas de diversos lugares, representou uma incorporação de diversos valores.

De acordo com as diversas entrevistas realizadas com os moradores, pode-se perceber que grandes partes estão se voltando para a dedicação de trabalhos voltados ao turismo. Alguns se tornam caseiros ou empregados domésticos dos turistas que adquiriram terras na comunidade. Outros aproveitam para construírem pequenos quartinhos para alugarem, ou para dormirem enquanto alugam suas casas. A fala do morador é significativa nesse sentido e mostra como a atividade turística representa uma esperança de renda a mais e como o turismo tem avançado nos últimos anos nessa região: Eu vou fazer uns quartos para alugar. Kitnet em cima e em baixo (Morador C).

A exploração do quintal em área de camping na comunidade é realizada por uma só família, a da Dona Iracema, uma das mulheres mais velhas do Calhaus e de grande simpatia. Na praia ao lado, situa-se a praia de Itanema, lá também existe um único camping na praia, pertencente a família do seu Cecílio, cunhado da Dona Iracema.

Outro aspecto importante relacionado ao turismo é a questão da especulação imobiliária. A terra deixou de significar somente trabalho e vários conflitos passaram a ocorrer em decorrência de heranças e posses. Muitos moradores venderam e estão vendendo suas terras para turistas que ocupam o local somente em época de temporada. Muitos venderam a preços baixíssimos sem saber direito como lidar com a questão financeira. Dos que venderam, muitos se mudaram para cidades próximas. Os que ficaram foi porque vendeu apenas uma parte do terreno, mas ainda pensam em vender outras partes.

Aparece também um jogo de interesses: o turista que vai a região do pouso da cajaíba deseja paz e simplicidade, algo que não se encontra em praias lotadas urbanas. Já o morador deseja maior número de visitas para que assim sua renda aumente, além de melhor infra-estrutura para a realização de suas atividades. Nesse caso, é interessante o exemplo da chegada de energia elétrica no local, recurso recente na comunidade, inaugurada em Julho de 2016. Nas entrevistas foi possível constatar que a maioria dos turistas acreditava ser negativa a chegada da luz, no sentido que isso afetaria a “atmosfera mística”. No entanto, nenhum deles se imagina morando em uma casa sem este recurso. Já os moradores desejavam muito a energia elétrica.

De forma geral, as entrevistas confirmaram que a forte atração no Calhaus e na região são os recursos naturais. Por parte de muitos turistas, a valorização local só ocorre por meio da beleza física sem levar em consideração a rica cultura caiçara. Muitos satirizam os caiçaras, e seus valores não são devidamente reconhecidos. Cabe ressaltar que isso ocorre mais entre os turistas mais jovens. De acordo com Diegues (1997, p. 04), “os turistas imaginam as populações nativas como parte integrante da paisagem, não se diferenciando da vegetação. São simplesmente parte de um mundo exótico e que vivem num outro tempo histórico”. Alguns turistas que adquiriram casa na comunidade possuem uma visão da

população nativa como um incômodo. Há uma senhora que proíbe que os moradores tomem banho na cachoeira que se localiza acima do morro, alegando que é ali que fica a mangueira de água que abastece sua casa, portanto, para ela não pode haver pessoas naquele local.

De certo, o turismo desencadeia transformações na organização desse espaço. Impactos sociais são decorrentes da atividade turística e afetam a população local. Esse espaço utilizado para fins de lazer é um espaço que já possuía uma organização interior, podendo acontecer conflitos entre os diferentes projetos em relação ao mesmo espaço. O turista trás seu modo de vida, seus equipamentos de lazer, atraindo principalmente os caiçaras mais jovens a também desejarem tais objetos. O conflito de classes torna-se evidente, na medida em que nem todos possuem a mesma forma de acesso a bens materiais.

Um aspecto interessante a se notar, é o fato de aparecer a cerca na comunidade. Algumas casas de veraneio começaram a cercar suas posses para impedir a circulação tanto de turistas como de moradores. O cercamento não existia até então na comunidade.

Figura 6: Cerca na casa de turista (Cassab, 2016).

Apesar das transformações inevitáveis não só através do turismo, como também dos vários exemplos já citados neste trabalho, a atividade turística pode

também ser parte do projeto local e tornar-se uma atividade com alguns saldos positivos. A grande maioria dos moradores de alguma forma se beneficia com o turismo no final do ano. Esta representa uma possibilidade de renda extra e a presença dos que são de fora não incomoda a população local, transformando a rotina anual dos moradores que ficam eufóricos em atender a todos os visitantes.

A grande questão é pensar no turismo como uma única opção de atividade econômica. Nesse caso, os possíveis efeitos seriam desastrosos. É fundamental conciliar esta atividade com outras, garantindo trabalho e produção durante o ano todo e de forma diversificada.

Para que ocorra uma articulação positiva é necessário que o caiçara não perca seu território. Muitos que vieram de fora compraram posses e casas para fins de lazer, transformando a maneira do caiçara em lidar com a terra. Percebe que grande parte das casas de veraneio cercaram seus quintais, onde antes circulavam moradores e que agora são impedidos de transitar.

> O que podemos aprender sobre os prováveis impactos do turismo, é difícil. Acho difícil colocar impactos prováveis, podemos apontar algumas probabilidades, tanto em termos de risco como em termos de novas oportunidades. Devemos tentar ver esta atividade nestes dois sentidos, possibilidades ligadas ao potencial de natureza e atividade em si de desenvolvimento e, os riscos de perversidade em termos sociais e ambientais. (CARLOS et al, 1996, p.191)

6 CULTURA, IDENTIDADE E TERRITÓRIO

A cultura popular é dotada de uma consciência étnica ou consciência de classe que ao longo das gerações misturaram valores próprios com valores externos, expressado em formas culturais específicas como os seus modos de viver, sentir e pensar. No caso dos caiçaras, a consciência étnica está intensamente ligada a um sentimento de territorialidade. A utilização do mar e da floresta seguindo os ciclos naturais é um dos elementos centrais dessa cultura.

As relações entre cultura e territorialidade são intrínsecas. Cultura é herança, mas também se reflete nas relações cotidianas entre o homem e o seu meio. O território não é somente material, antes é também carregado de valores simbólicos. Assim, território e cultura são complementares e ambos carregam uma intensa carga de subjetividade. É no território que as pessoas desenvolvem suas relações sociais, seu cotidiano e se reconhecem no espaço em que vivem.

O desenvolvimento e a mundialização do capitalismo produziu a homegeneização dos valores. Os outros valores não incluídos nesse sistema vão sendo absorvidos ou até mesmo aniquilados se concretizando também por meio dos territórios através de desequilíbrio social e ambiental. Culturas consideradas primitivas, ao mesmo tempo, se reconstroem a partir do tempo presente e do novo sistema, agora dominante, estando em um permanente processo de transformação, agora baseado pelo valor de troca, causando um desenraizamento dos valores tradicionais e resignificando o valor da terra. Há pouco tempo atrás, a terra para o caiçara não possuía valor em si e só era interessante a partir do momento em que nela se desenvolvia algum tipo de trabalho. A venda de posses e a consequente migração para Parati significou uma mudança incisiva para essas pessoas, iludidas de que dessa forma teriam melhores condições de vida.

A mudança ocorrida na dinâmica dessas populações acarretou em uma incorporação de diversos valores e preconceitos usuais por parte do senso comum, como por exemplo, para elucidar a questão da pauperização de alguns caiçaras pela preguiça e pelo alcoolismo. Alguns que conseguem se destacar em alguma atividade passam a serem modelos para os outros e aos poucos vão abandonando comportamentos de solidariedade grupal e aumentando o individualismo.

O desenraizamento social sofrido pela comunidade causou problemas psicológicos irreversíveis em alguns casos. Entendendo que o problema do alcoolismo nesse lugar não deve de forma alguma ser explicado pela ideia de indolência. Esta era uma região célebre na fabricação de aguardente.

Cabe ressaltar que o conceito de cultura não é algo estático, desprovido de transformação. Diante disso e apesar de todo esse processo de transformação que vem sofrendo o território caiçara, essa cultura subexiste apresentando traços de conformismo e de resistência demonstrando a ambiguidade do conceito.

Na comunidade estudada nota-se que a cultura caiçara não se contrapôs a cultura dominante (urbano industrial capitalista). Elas existem simultaneamente, ora aceitando a nova lógica de reprodução do espaço, ora resistindo. No entanto, alguns caiçaras incorporaram fortemente os valores capitalistas.

O próprio auto reconhecimento que os caiçaras possuem é definido não sem antes se levar em conta que essa identidade construída ou reconstruída é resultado de processos cada vez mais conflituosos com a sociedade urbanos industriais. No entanto, algumas formas tradicionais não desapareceram com adensamento do capitalismo. Na comunidade ainda há pequena produção mercantil principalmente ligado à pesca, o trabalho assalariado é ocasional, também na maioria dos casos ligados a pesca, prevalecendo o trabalho autônomo e familiar. Formas de solidariedade também ocorrem. Tais fatos justificam o porquê de serem consideradas sociedades mais homogêneas e igualitárias, com pequena capacidade de acumulação de capital, o que dificulta a emergência de classes sócias. (DIEGUES, 1983)

É verdade que há uma dependência cada vez maior do mercado e menor das atividades de subsistência. A forma de cooperação mútua, chamada mutirão vem diminuindo. Entretanto, permanece na memória e no cotidiano dos moradores. É ajuda para puxar um barco, canoa ou lancha para a praia, para emprestar objetos e gêneros quando estes se esgotam antes de se realizar a próxima viagem para Paraty ou quando precisam carregar material da praia para a residência.

> Para compreender a visão de ser caiçara interna, é importante compreender a cultura como processo dinâmico, em constante mutação, um aprendizado das relações entre o homem e seu meio. A cultura e o território transformam-se juntos, na própria estratégia de sobrevivência. Portanto, hoje não se pode

> procurar como cultura caiçara a de cinquenta, quarenta ou trinta anos atrás, antes da penetração do turismo, porque a transformação do espaço é acompanhada pela transformação da cultura. (DIEGUES, 1997, p.97)

No entanto é essencial a conservação do território caiçara para que não cesse essa forte identidade existente nesses povos. A perda do território significa a perda do domínio do espaço e assim a reprodução dos seus meios de vida.

6.1 O conhecimento popular e o seu valor

A valorização do conhecimento popular é basicamente uma necessidade que deve ser levada em consideração no âmbito científico e intelectual. Acredito que o intercambio entre a ciência e os diferentes saberes tradicionais que existem pelo mundo é enriquecedor. As formas de histórias lineares e fixas não devem ser as únicas formas de guias da razão. Interessante a análise de Calvente (1993, p.23/24) com relação ao conceito de cultura:

> Mesmo se tendo uma base cultural diferente, pode-se conviver com outros grupos culturais, desde que em uma atitude de valorização e respeito. O que vai ocorrer é uma troca que, em tese, pode enriquecer ambos os sujeitos. O dinamismo próprio da cultura é que faz surgir e transformar, inclusive via intercâmbio com outras culturas. A grande questão não é o intercâmbio cultural, mas a desvalorização e relação de dominação. Por isso, no caso dos caiçaras, a condição para que sua cultura sobreviva é a manutenção do seu território e a sua valorização social.

A definição do conceito de cultura para Chauí apud Calvente (1993, p. 20) também me parece pertinente.

> É a posse de conhecimentos, habilidades e gostos específicos como privilégio de classes, e aí surgiria a distinção entre cultos ou incultos. A cultura popular é a expressão dos mais pobres (incultos e atrasados), através da qual a cultura dominante é aceita e/ou negada, com práticas de conformismo/resistência. Assim, não entender o saber que existe na cultura popular serve aos interesses hegemônicos.

Assim, o saber popular ou o etnoconhecimento está ameaçado. As principais causas são a destruição do modo de vida tradicional e as perturbações ecológicas que sofreram diante do avanço da modernidade através dos processos de mudanças sociais. Contribui também o fato da comunidade científica ter um posicionamento de desvalorização do saber popular. Nesse caso, configura-se um confronto entre dois saberes: o tradicional e o científico moderno. De um lado, o

saber acumulado sobre os ciclos naturais, sobre a fauna e a flora local, a influência da lua na maré e no corte de madeiras, sobre as espécies de peixes e a melhor maneira de captura-los, as proibições do exercício de certas atividades em algumas áreas e períodos do ano tendo em vista a conservação ambiental. Do outro lado, está o conhecimento científico, advindo das ciências exatas positivistas, que além de desconhecerem, também desprezam o saber tradicionalmente acumulado. Na verdade, o conhecimento científico está inserido em uma estrutura de poder. O saber moderno se aflora como o dono de todo o conhecimento e até mesmo responsável pela proteção de uma natureza intacta (DIEGUES, 2000). No caso de áreas naturais protegidas, a exploração do ambiente através da pesquisa científica é permitida, já atuação ancestral, as técnicas patrimoniais que permitiram uma relação simbiótica com o ambiente não são.

Na criação de um projeto de unidade de conservação, os administradores dos parques e reservas e os intelectuais tem o objetivo de estabelecer como devem agir as populações tradicionais ali existentes em relação à natureza e ao uso dos recursos. Contribuindo para um processo de despossessão do saber e das suas técnicas afirma-se a supremacia do poder da ciência nas mãos dos cientistas e administradores.

No entanto, é preciso reconhecer que o saber científico atingiu um ponto em que pode considerar o diálogo com outros tipos de conhecimento. Mesmo sabendo das diferenças fundamentais entre eles, é importante pensar na complementaridade desses saberes. Sem pensar em tratar de uma utopia, a pesquisa transdisciplinar, permeada pelas artes, tradição e ciências naturais e sociais é fundamental para que agentes sociais de diversos setores não se apropriem do saber erudito como única e melhor forma do saber e assim se aproveitarem para decidir por todos os outros segmentos da população, numa relação de dominação.

7 CONCLUSÃO

Os caiçaras são povos com modos de vida herdado dos índios, negros africanos e europeus chegados em diversos períodos da história e que desenvolveram culturas particulares, caracterizadas por modos de vida específicos com grande dependência dos recursos naturais renováveis. Sua economia se baseava na agricultura de subsistência, pesca, caça e extrativismo. Seus métodos de produção não interferiam em grandes proporções o meio ambiente. Não conheciam a propriedade particular e nem o valor financeiro da terra. Em muitos casos, esses grupos humanos foram marginalizados pelas atividades monocultoras da época colonial, como a cana, o café e a mineração. Nesse caso, determinadas populações que iniciavam uma economia mercantil, se voltaram a uma economia de subsistência, possuindo limitada relação com o mercado regional e nacional. A região que compõe a comunidade em estudo ficou praticamente isolada das mudanças ocorridas nas cidades até por volta da década de 70.

Com o inicio do turismo no Calhaus, alguns turistas se ofereciam para comprar terras. Os caiçaras acreditavam que estavam fazendo um bom negócio ao vender suas terras, quando na verdade estavam sendo explorados. Nesse processo, muitos foram empurrados para as periferias das cidades próximas, onde, longe de seu território até então essencial para sua sobrevivência, passaram a viver na miséria e do subemprego. Para a maioria que ficou o turista é visto como uma possibilidade do aumento da renda, desde que ainda mantenham sua terra em posse. É por meio do pequeno comércio do pescado, do fretamento do barco para passeio, do aluguel de suas casas e da venda de artesanatos que os moradores obtém um certo lucro na alta temporada. Há turistas que já frequentam o lugar há anos, criando relações de amizades com os moradores e outros frequentadores antigos.

A sensação de isolamento pode ser sentida por alguns moradores, geralmente os mais jovens, iniciando a fase adulta. Em contradição, é esse mesmo isolamento que atrai diversos turistas que possuem a ideia de que a natureza em estado primitivo necessita ser conservada.

No que diz respeito a questão ambiental. A criação da reserva e toda a teoria que a sustenta, acabou por criar uma ideologia de que essas populações afetariam o ambiente de forma negativa. A partir da incorporação das comunidades costeiras no processo de expansão urbano-industrial próprio do sistema capitalista de produção, ocorre nas áreas consideradas de uso tradicional, a implantação de áreas naturais protegidas sob a forma de propriedade do Estado, tentando com essa alternativa evitar a destruição ambiental. No entanto, se esqueceram de que foram as atividades econômicas do passado, como as que embasaram a monocultura da cana e do café, que desmatou em grandes proporções as vegetações da mata atlântica. Além de diversas atividades que poluem os rios e mares.

Como uma alternativa para preservar o que restou, criaram-se unidades de conservação cujo plano de manejo, no caso da reserva da Juatinga, não atendem aos interesses dos caiçaras e sim de uma minoria conservacionista que acreditam que a natureza é um conceito a parte e intocável. Dessa forma, a legislação deveria atender as necessidades da população nativa e não de ir contra ela com proibições que impedem o desenvolvimento da comunidade. Geralmente, os moradores são desconfiam dos órgãos institucionais que tratam dessa questão.

A realidade é que os modos de vida das populações tradicionais garantem não só a proteção ecológica dos ecossistemas em que vivem, mas também garantem uma diversidade muito importante para que consigam permanecer em seu território. Os caiçaras desenvolveram uma relação cultural com os ecossistemas em que vivem. A preservação ambiental do local foi mantida em grande parte através das crenças e valores culturais pertencentes a eles. Por isso, a manutenção dessas populações ao longo da costa brasileira é uma das condições mais importantes para a preservação da diversidade biológica.

A criação da Reserva da mesma forma que representa alguns limites para a venda de terras, em contrapartida impede a reprodução de antigas atividades, antes essenciais para a sobrevivência caiçara. A caça, a pesca e a roça deixam de ser atividades atrativas principalmente para os mais jovens. No entanto, a proibição da venda das terras não impede que algumas pessoas de fora consigam a posse da terra. Isso se deve ao fato de não haver um plano de manejo coerente para tal categoria. No caso do Plano da Reserva, até hoje não foi criado, sendo emprestada

a estratégia da Unidade de Conservação do Cairuçu, área em que a Reserva foi sobreposta. Cabe lembrar que para que uma unidade de conservação tenha saldos positivos é necessário que alguns aspectos sejam levados em consideração. É importante que se estabeleça um plano próprio para esta reserva e que este inclua o saber local, baseando-se nos valores que os moradores possuem de seu ambiente, mantendo o diálogo permanente entre eles e sem se fechar a um grupo restrito de intelectuais e administradores.

Por fim, outro problema relevante para a análise desse trabalho é no que se refere a pesca artesanal, muito comum para os pescadores do Calhaus e que hoje se encontra bastante dificultada. A diminuição do pescado causada pela pesca predatória e por derramamentos de petróleo no mar são os reais motivos da escassez deste recurso. Além da pesca embarcada ser um fator agravante na alienação do trabalho de alguns pescadores.

Observa-se que há uma complementaridade entre a pesca artesanal e a empresarial, com esta última sempre comandando a primeira. Essa articulação prejudica os pescadores da pesca artesanal, pois leva a um aumento do esforço de pesca sobre uma espécie de valor alto no mercado ocasionando um desequilíbrio da cadeia alimentar, o empobrecimento ecológico, afetando ainda mais estes pescadores. Esta análise não pode ser desvinculada da própria dinâmica de avanço do capital na pesca. No Brasil, foi representada pela política pesqueira implantada pelo governo nos anos 60 e 70, que fortalecia a pesca empresarial.

Para assegurar a exploração racional dos recursos marinhos e garantir a produção dos pescadores artesanais, é necessário assegurar a proteção das áreas de usos comunais. A usurpação desse espaço por parte das traineiras gera uma degradação e apropriação dos recursos naturais impedindo, dessa forma, a autonomia local e maior abundância dos recursos pesqueiros.

O processo de construção histórico que possibilitou o contato com uma economia de mercado capitalista, a crescente degradação causada pela pesca em larga escala, as proibições de uso do território através da criação da reserva e a expulsão dos moradores pelas vendas de posses, aliados a outros fatores resultantes do modelo econômico baseado no crescimento e uso irracional dos recursos, tem levado a uma crescente desorganização das comunidades tradicionais

de pescadores e de sua cultura no Brasil. Muitas vezes, incapazes de encontrar alternativas econômicas, essas populações são recrutadas por grupos econômicos interessados em obter lucros sem levar em consideração o bem estar da população.

Por fim, cabe ressaltar que a cultura caiçara está intimamente atrelada ao território. A própria consciência étnica é entendida conjuntamente com um sentimento de territorialidade, de pertencimento. É uma cultura específica e não pode ser analisada fora desse contexto territorial. A diminuição das atividades tradicionais não tem significado o fim dessa cultura. Esta se modifica sempre que necessário num processo dinâmico.

Os caiçaras necessitam ser valorizados e seu território deve ser protegido das especulações de terra, da pesca empresarial e a legislação ambiental vigente deve atender primeiramente aos seus interesses. Sistemas comunitários de acesso a terra e recursos, como no caso a comunidade em estudo, não se desestruturaram completamente frente à expansão do capitalismo moderno. Esses sistemas reagem, reorganizam e se recriam, sobretudo em espaços considerados marginais. São povos que utilizavam os espaços coletivos há séculos, e por mais que essas comunidades sofram impactos de formas de apropriação privada e estatal, eles ainda resistem e necessitam da solidariedade e da cooperação mútua para reproduzirem suas práticas sociais.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **A atualidade de Marx para o debate ambiental.** Unicamp, 2007.

CALVENTE, M. 1993. **O território do azul-marinho.** Dissertação (Mestrado), São Paulo, Departamento de Geografia, FFLCH – USP.

CARLOS, Ana Fani Alessandri et al. **Cultura no espaço rural brasileiro.** Anais do 6° Congresso Brasileiro de Turismo Rural. FEALQ. Piracicaba, 2007.

CARVALHO, Júlia Paes de. **O patrimônio imaterial da comunidade caiçara do Pouso da Cajaíba e a escola: em busca de uma educação diferenciada.** Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

CORIOLANO, Luiza Neide. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. América Latina: Cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, Maria Laura Silveira. CLACSO, **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, San Pablo. Diciembre 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** 3ª Edição. São Paulo: Hucitec, NUPAUB, USP, 2000.

_____. **O Nosso Lugar Virou Parque: Estudo Sócio-Ambiental do Saco do Mamanguá**. Paraty/RJ. 2a Edição. São Paulo: NUPAUB/USP, 1999.

_____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** Ensaios 94. Editora Ática, São Paulo, 1983.

_____. **Povos e Mares: Leituras em Sócio-Antropologia Marítima.** São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos. VIANA, Virgílio M. (orgs). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC. NUPAUB, 2004.

FRANCESCO, Ana Alves de. Território em disputa: o caso dos caiçaras da Cajaíba. **V Encontro Nacional da Anppas**. Florianópolis, 2010.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli et al. A crítica marxista do desenvolvimento (in)sustentável. **R, Katál, Florianópolis, v.15**, n. 1, p. 41-45, jan./jun. 2012.

GOMES, Laura Jane et al. Conflitos de interesses em unidades de conservação do município de Parati, estado do Rio de Janeiro**. Informações econômicas, SP, v. 34**, n. 6, jun. 2004

GUARESCHI, Pedrinho. JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). **Textos em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LARAIA, Roque de Barros, 1932. **Cultura: um conceito antropológico.** 24. Ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2009.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Série Antropologia. Brasília, 2002.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do mar.** São Paulo: editora Ática, 1986.

MENDONÇA, Marina de Oliveira. Apropriação do espaço caiçara em Paraty, RJ**. IV Jornada Internacional de Políticas públicas**, 2000.

MIE, T. **"É da roça!" História Ambiental dos Caiçaras da Península da Juatinga.** Monografia, IFCS, UFRJ, 2006.

MILANO, Miguel Serediuk. Parques e reservas: uma análise da política brasileira de unidades de conservação**. Revista Floresta.** UFV, 1985.

MUSSOLINI, Gioconda. **Ensaios de antropologia indígena e caiçara.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

QUINTILIANO, Aylton. **A guerra dos tamoios.** Rio de Janeiro: editora Reper, 1965.

RIBEIRO, Wagner Costa. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais**. Estudos Avançados 24 (68**), 2010.

SIQUEIRA, Priscila. **Os caiçaras e a Rio-Santos.** Massao Ohno, São Paulo: Ismael Guarnelli Editores, 1984.

SNUC –**Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000.

SOUZA-LIMA, José Edmilson de. Economia ambiental, ecológica e marxista versus recursos naturais. **Revista FAE, Curitiba**, v. 7, n. 1, p. 119-127, jan/jun. 2004.

STADEN, H. **Duas Viagens ao Brasil** (Introdução e notas de Francisco de Assis Carvalho Franco). Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

SUZUKI, Júlio. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. **Espaço & Geografia, Vol.16, No 2** (2013), 627:640

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural.** São Paulo: Cia das Letras, 1983.

VESENTINI, José William. **Geografia, natureza e sociedade.** São Paulo: Contexto, 1992